

AS "TURMAS DA BOA-VONTADE": DESEMPREGO E AÇÃO DE CLASSE

Nadya Araújo Castro*

RESUMO

Partindo de uma discussão sobre a marginalidade e da crítica a outras abordagens, considera-se a possibilidade de uma nova construção teórica acerca da manifestação política da classe operária. O estudo de um caso específico de ação política de desempregados em Brasília, entre 1962 e 1964, contribui para uma perspectiva de análise da articulação entre "reserva" e "ativa".

Da teoria aos fatos

Já é quase uma fatalidade encontrarmos, a cada trabalho que remonta à história das lutas políticas da classe trabalhadora brasileira, a constatação de lacunas na historiografia dita oficial, bem como o reconhecimento das dificuldades de recomposição e tratamento de fontes que trazem em si as mesmas marcas e efeitos da repressão que se abate sobre as forças sociais de que são veículos.

Acreditamos que estas dificuldades sejam ainda maiores quando se trata de estudar as formas de expressão política de contingentes da classe trabalhadora, como aquele que nos interessa: a sua fração de reserva. Isto porque aliam-se a escassa tradição de estudos, a dificuldade de acesso a fontes e um intrincado debate teórico que, de tão ensimesmado, freqüentemente tem perdido de perspectiva a realidade que quer apreender.

De fato, os esforços para entender a ação política dos contingentes de reserva da classe operária freqüentemente conduziram a reflexão acadêmica a um amplo espectro de hipóteses de tipo reducionista. Caracterizadas por negar, em última instância, qualquer legalidade analítica específica ao estudo do político, reduziam-no ora ao psicológico, em suas versões "subjetivas", ora ao econômico, em suas versões pretensamente "objetivas"(1).

* Professora Adjunto do Departamento de Sociologia e Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia, a cuja equipe agradeço a oportunidade de haver discutido uma versão preliminar do presente trabalho.

(1) Para uma revisão da literatura acerca dos chamados estudos políticos da marginalidade, alguns trabalhos são indispensáveis, como: Boschi, 1971; Cornelius, 1971; Machado da

Do lado das chamadas teorias funcionalistas da marginalidade, o eixo das discussões esteve centrado na noção de integração individual aos padrões urbanos, e nos mecanismos psicológicos por ela desencadeados. Assim, a precária integração poderia ser entendida, seja como propiciadora de satisfação relativa (e, logo, conservadorismo), seja como geradora de privação relativa (e, logo, radicalismo).

Surpreendentemente, as dificuldades parecem manter-se mesmo quando revisamos os estudos políticos inspirados na abordagem dita histórico-estrutural da marginalidade. Muito embora antiteticamente posicionados, nem por isto lograram superar os limites da forma de apreensão teórica a que se opunham. Assim é que, embora apelando para o uso de variáveis explicativas que diziam da inserção destes indivíduos no processo produtivo (recolocando, assim, em um outro plano de análise o problema da marginalidade, visto agora como função da dinâmica das relações entre as classes sociais), nem por isto a explicação do comportamento político passava a estruturar-se a partir do estudo desta dinâmica.

Sem questionar a própria pertinência do conceito de marginalidade, esta tendia a ser tratada como um atributo individual, do qual seria possível depreender os chamados "efeitos" sobre a ação política dos contingentes estudados. Freqüentes foram, então, as conclusões sobre o potencial disruptivo dos grupos marginais, muitas vezes projetadas no reconhecimento da iminência da transformação revolucionária, decorrente da precariedade das suas condições de emprego e da conseqüente deterioração das condições de reprodução da sua força de trabalho.

No amplo debate que polarizou as Ciências Sociais latino-americanas durante boa parte dos anos 60 e início da década de 70, os adeptos destas grandes teorias passaram ao largo de uma detida consideração das tendências de desenvolvimento que, manifestando-se progressivamente na realidade, começavam a ser expressas, inicialmente através da linha de estudos centrada na temática das chamadas "estratégias de sobrevivência" de segmentos da classe trabalhadora.

No Brasil, esses estudos lançaram luz especialmente sobre o processo de empobrecimento a que historicamente vinha sendo submetida a classe trabalhadora, inclusive quando tomada como referência a década de 50, em que se desenharam correlações de força mais favoráveis ao movimento popular. Com a agudização deste processo, verifica-se a progressiva constituição da família trabalhadora como verdadeira unidade explorada, na esteira da crescente incorporação de novos membros à atividade produtiva, momento da constituição de uma força de trabalho para o capital (e, reverso da medalha, do

Silva, 1972; Martins, 1970; Nelson, 1969; Perlman, 1977; Souza, 1972. As significativas contribuições críticas destes autores foram por mim revisadas em Castro, 1983, Parte I, não sendo este o momento oportuno para voltar de maneira mais detalhada a refazer esse caminho.

movimento de progressiva mercantilização dos componentes da reprodução da força de trabalho no Brasil).

Tais desdobramentos contemporâneos da realidade despertaram os teóricos ainda imersos nas abordagens da "marginalidade social", evidenciando que a condição ocupacional não poderia ser vista como um atributo dos indivíduos (ou mesmo de grupos de indivíduos, os chamados "grupos marginais")⁽²⁾. Mas, se não há o trabalhador de reserva, que dizer da ação política da reserva de força de trabalho? Não estaríamos a ponto de jogar fora a criança com a água do banho?

De fato, o estudo do comportamento político do exército de reserva não pode ser reduzido ao estudo político de grupos pretensamente marginais e, tampouco, consubstanciar-se no estudo em profundidade unicamente da própria reserva (condições de sua produção e reprodução e seus supostos efeitos na ação política). Enquanto objeto teórico da análise política (irreduzível, como tal, à instância do econômico), o estudo do comportamento da reserva deve ser recolocado em novos termos; o verdadeiro objeto poderia ser encarado como *uma relação*, a *relação ativa-reserva*, tal como se define em distintas conjunturas políticas, de acordo com a natureza das correlações de força de classe que se estruturam.

Seria impossível propor o nosso objeto de estudo livre de fantasias teóricas, apesar da certeza de que é a força política da classe trabalhadora que confere sentido e propicia a organização e expressão próprias, por parte daqueles indivíduos que transitoriamente dão existência concreta aos seus diferentes segmentos, personificando-os.

Por outro lado, não sendo a condição de trabalhador de reserva um atributo individual – inexistindo a reserva operária –, múltiplas e transitórias são as suas formas de existência de fato, o que importa em afirmar que igualmente múltiplas e transitórias são as relações sociais que se estabelecem visando a sobrevivência, sob variados padrões de existência e de imersão, seja nos planos mais concretos, seja nos planos mais simbólicos da vida e da reprodução social.

Não haveria, por isto mesmo, qualquer avanço analítico no esforço de buscar construir a *teoria geral* acerca da forma de expressão política da reserva operária. Face a uma realidade plural, haveria que buscar encontrar os determinantes específicos da ação coletiva das diferentes formas de existência das frações de reserva, tendo em conta que o cerne da questão radicaria sempre na possibilidade de encontrar, na especificidade dos seus padrões reproduzi-

(2) Este fato, teoricamente apreensível já na própria concepção da categoria "exército de reserva" (cujo movimento cíclico de produção impede que seja considerada como *condição de existência permanente* do trabalhador individual), surge meridionalmente claro no momento em que a ampliação da rotatividade que se segue à instituição do FGTS, torna irrefutável o reconhecimento de que *é a transitoriedade o traço mais marcante da inserção produtiva destes amplos contingentes de trabalhadores.*

vos, as vias singulares pelas quais se articulariam reserva e ativa no curso da ação política⁽³⁾.

A crença na correção desta apreensão teórica instigou o nosso interesse por verificar o seu efetivo valor heurístico, a sua real capacidade de apreender situações histórico-concretas, recuperando-lhes as mais importantes determinações. Com isto, elegemos uma conjuntura política que parecia particularmente adequada, a de 1962-1964.

Tratava-se de um momento de crise no ciclo da acumulação e, como tal, de ampliação do contingente de reserva. Um raciocínio tradicional (nos moldes reducionistas que buscamos recusar) tenderia a considerar inadequada esta escolha, na medida em que a maior concorrência pelos postos de trabalho deveria dificultar a mobilização política, tornando esta conjuntura um momento particularmente pobre, quanto à expressão das formas organizativas dos contingentes de reserva.

Este seria, sem dúvida, o exemplo de um mau exercício de abstração. Isto porque, ao reduzir a realidade ao âmbito do econômico, perdia a especificidade do político em seu poder de determiná-la e acabava, assim, por chegar a formulações absolutamente a-históricas.

Contrariando esta possível linha de interpretação, acreditamos que numa situação de crise no movimento da base econômica, *mas* de força política crescente da classe trabalhadora, deveríamos encontrar, emergentes, diferentes formas de mobilização e de expressão da reserva operária, politicamente orgânicas frente aos seus interesses de classe historicamente específicos.

Com isto, recuperamos o poder de determinação da organização política da classe trabalhadora sobre o movimento de produção do seu exército de reserva, movimento este muito mais rico que o estreito economicismo poderia imaginar, e especialmente permeado pelo efeito de mediação da dimensão política, expressa na capacidade de organização e luta dos trabalhadores em defesa das condições historicamente específicas de reprodução da sua força de trabalho.

As evidências empíricas que logramos reunir ao longo do esforço de investigação da conjuntura escolhida sugerem o acerto no processo de construção do fato a ser analisado, recompensando, com a riqueza de informações coligidas, a lógica do recorte pelo qual se tentava recriar cientificamente a realidade concreta.

Com este trabalho, gostaríamos de trazer à luz algumas destas evidências, mais exatamente as que se reúnem em torno de um movimento de desempregados que tem lugar no Distrito Federal e cujo momento de eclosão situou-se nos meses de março e abril de 1964⁽⁴⁾.

(3) Nesse sentido, são completamente diversas as possibilidades de articulação abertas, por exemplo, para formas flutuantes, latentes ou estancadas de existência do exército de reserva, se quisermos ficar restritos àquela tipologia mais clássica, introduzida por Marx.

(4) As informações aqui tratadas constituíram parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre a especificidade e comportamento político do exército de reserva no Brasil, que se de-

Dos fatos à teoria

Pouco conhecido, talvez nunca estudado, o movimento das "Turmas da Boa-Vontade", como o denominamos, ilustra uma multiplicidade de importantes questões relativas à ação política dos contingentes de reserva da força de trabalho, apreendida a partir da perspectiva de como se constroem as formas de articulação entre reserva e ativa em conjunturas políticas historicamente determinadas.

Para não privar o leitor da fatalidade que persegue os interessados nesta temática, também aqui inúmeros foram os problemas relativos ao acesso às informações empíricas. Acreditamos que as nossas inferências seriam muito mais ricas se não tivéssemos sido forçados a nos ater à informação jornalística como fonte do acesso ao movimento.

O quase total anonimato que cerca as personagens das contundentes manifestações dos "candangos", o silêncio que se instalou nos documentos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário de Brasília (cujas atas revelam um hiato que cobre o período compreendido entre 25.11.1962 e 31.05.1964, quando tem início a interventoria) e a ausência, no período, de uma imprensa local mais comprometida com os interesses das classes subalternas, compeliram-nos a fundar todo o nosso esforço de coleta de dados na chamada "grande imprensa"⁽⁵⁾.

Estas dificuldades, contudo, não nos impediram de perceber a enorme riqueza analítica do material empírico reunido. Isto porque era, de fato, especialmente a qualidade desta população relativamente excedente que se constituiu em ator privilegiado do movimento que vamos estudar.

Supérflua sob a ótica da reprodução do capital imobiliário no DF ela era, entretanto, dotada de uma nítida identidade operária, nutrida na condição de peões desempregados da construção civil numa cidade (como era Brasília no ano 1964) que se constituía, ainda, num grande canteiro de obras, caracterizada pela irrelevante diferenciação da sua estrutura produtiva.

Esta inusitada situação lubrificava muito especialmente os canais de articulação entre reserva e ativa, entre sindicato e desempregados e entre estes e o Estado. E este parece ser um traço importante para a compreensão da mobilização dos chamados segmentos flutuantes, notadamente naquelas conjunturas de crise nas quais o tempo de permanência no desemprego não se alonga

envolveu sob a coordenação da autora, no Centro de Recursos Humanos da UFBA, com o apoio financeiro da Pispal – "Programa de Investigaciones Sociales sobre Población en América Latina" e do CNPq, e que deu origem à sua tese de doutoramento (Castro, 1983).

(5) Assim, o material aqui referido tem como fontes o diário local, *Correio Braziliense* (CB) e o *Jornal do Brasil* (JB), de circulação nacional. Em ambos os casos, os exemplares disponíveis na biblioteca da Câmara dos Deputados foram pesquisados nos meses de março e abril de 1964. Ocasionalmente, referimos informações veiculadas pelo *Jornal do Comércio*, diário pernambucano em que encontramos também algum material empírico, muito embora o consultássemos, de início, movidos por outros interesses.

em demasia, ou – como era o caso de Brasília onde, dada a escassez das alternativas de emprego –, a referência ocupacional do trabalhador era dirigida ainda para a atividade da qual fôra desligado, a construção civil.

Uma incursão, ainda que breve, no contexto brasileiro dos primeiros anos da década de 60, elucida mais claramente nossos elementos de raciocínio. A dinâmica da vida em Brasília estava, então, claramente marcada por seu processo de construção enquanto cidade. O plano urbanístico havia sido aprovado no início de 1957 e, a partir de então, produziu-se um ritmo frenético de edificação, que caracterizou os três anos seguintes: era intento do presidente Juscelino Kubitschek tornar irreversível a nova capital, inaugurando suas principais construções a 21 de abril de 1960.

Anteriormente a 1956, haviam existido unicamente três comunidades rurais na região do futuro Distrito Federal, com uma população total de seis mil habitantes. A ampla oferta inicial de trabalho, ao lado dos salários relativamente mais elevados que pagava a construção civil em Brasília (Epstein, 1973:63), promoveram um intenso crescimento urbano, de sorte tal que, em 1960, a população atingia já a marca de 69 mil pessoas.

Em 1959, a construção civil ocupava 54,5 por cento da força de trabalho, enquanto que unicamente 5,2 por cento dela exerciam atividades no comércio (Epstein, 1973). Tratava-se, com efeito, de um quadro absolutamente singular frente a outras localidades urbanas do Brasil: aqui o referencial para a existência da ativa e da reserva parecia ser um mesmo ramo da atividade econômica, a indústria da construção civil.

QUADRO 1

POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
1959, 1960, 1964

LOCALIDADE	1959		1960		1964	
	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%	POPULAÇÃO	%
Plano Piloto	18.071	28,10	68.665	48,45	89.231	33,26
Cidade Livre	11.565	17,98	21.033	14,84	22.772	8,49
Taguatinga	3.677	5,72	26.111	18,42	68.947	25,70
Planaltina	2.245	3,49	2.917	2,06	4.223	1,57
Brazlândia	355	0,55	—	—	616	0,23
Sobradinho	—	—	8.478	5,98	19.205	7,16
Gama	—	—	—	—	27.524	10,26
(Subtotal Cidades						
Satélites)	(17.842)	(27,74)	(58.539)	(41,30)	(143.287)	(53,41)
Velhacap	1.318	2,05	—	—	4.572	1,70
Candangolândia	2.868	4,46	—	—	4.807	1,79
Bananal (Vila Amauri)	6.196	9,63	—	—	—	—
Outros acampamentos	5.763	8,96	—	—	—	—
Invasão do IAPI	—	—	—	—	8.084	3,01
Paranoá	—	—	—	—	1.351	0,50
Rural	12.256	19,06	14.538	10,25	16.983	6,33
TOTAL	64.314	100,00	141.742	100,00	268.315	100,00

Fonte: Epstein (1973:69).

Todavia, em 1961, com a posse de Jânio Quadros, interrompe-se a febril construção da cidade, e, embora o presidente tenha renunciado poucos meses depois da posse, o ritmo da obras manteve-se virtualmente estagnado, já agora em decorrência da clara depressão que marcava a conjuntura 1962-1964.

A crença de Juscelino de que a cidade seria capaz de auto-financiar-se, cedo evidenciou o seu equívoco. Em 1962, as vendas de terrenos haviam proporcionado unicamente sete por cento do total do gasto público na edificação da cidade. O esforço de construção teve que basear-se, assim, em massas consideráveis de inversões de recursos governamentais, através de várias instituições, a principal das quais foi a Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital). Tais recursos, provenientes de créditos e empréstimos internacionais, tornavam-se especialmente escassos numa conjuntura de depressão e de marcada tensão política.

A violenta diminuição do ritmo da construção civil numa cidade em que quase a metade da força de trabalho se ocupava diretamente desta atividade, constitui um primeiro elemento de referência para o entendimento das mobilizações que emergiram a seguir.

Outros fatos interessantes a considera são trazidos à luz por um estudo de diferente natureza. Pastore (1969) conduziu, no ano de 1966, uma pesquisa amostral dirigida para estudar o grau de satisfação dos habitantes da cidade de Brasília. Apesar da pequena defasagem de tempo face à conjuntura que estudamos, são relevantes os seus resultados para o nosso objeto.

Eles indicam que, em 1966, cerca de 82 por cento das pessoas residentes em Brasília já estavam há dois anos na capital, quando ocorreram as mobilizações das "Turmas da Boa-Vontade". Nestas condições, suas informações parecem cobrir uma parte do universo dos moradores dos primeiros anos. Seria esta parte significativa? Não poderíamos dizê-lo com exatidão: entretanto, parece fundamentada a conclusão de Pastore de que "o rápido crescimento populacional de Brasília durante o anos de 1964-1966 parece dever-se muito mais ao crescimento interno que a novas correntes migratórias" (p. 60).

Para os migrantes que se dirigiam a Brasília nestes primeiros anos, a grande atração representada pela cidade era a abundante oferta de empregos: nada menos que 52 por cento dos entrevistados consideravam esta como sendo a principal razão para a migração ao DF. Contudo, uma quarta parte destes migrantes constatou que o principal problema ao chegar à nova capital referia-se à instabilidade do emprego, dada a enorme flutuação de demanda, proveniente das mudanças de orientação governamental com respeito ao ritmo de construção da cidade.

Pastore registrou, além disso, que a metade dos seus informantes não acreditava haver melhorado sua condição econômica depois da migração; e que uma quarta parte da amostra havia chegado mesmo a experimentar uma mobilidade econômica *descendente*; dentre estes últimos, a grande maioria ocupava-se da construção civil.

Seria uma grosseira falácia pretender imputar aos informantes de Pastore a responsabilidade pelos acontecimentos de 1964; contudo, seus resultados nos ajudam sobremaneira a delinear um quadro mais nítido da situação sócio-econômica prevalectente na cidade em momento próximo àquele em que se constituíram as "Turmas da Boa-Vontade".

"Turmas da Boa-Vontade": o movimento em sua primeira forma

Mas, afinal, o que eram as auto-intituladas "Turmas da Boa-Vontade"?

Eram grupos de trabalhadores desempregados que, usando instrumentos de trabalho próprios, em forma de voluntariado, realizavam o serviço de limpeza de ruas no Distrito Federal. A idéia surgira na cidade-satélite de Sobradinho, quando cerca de 400 desempregados iniciaram a atividade "na esperança de que o prefeito pelo menos os gratificasse por tão útil trabalho" (CB 10.03.64:8).

O êxito da experiência levou à proliferação, no Distrito Federal, de novas turmas de igual natureza. De tal modo que, em início de março, elas representavam o nada desprezível número de cerca de 6.400 trabalhadores, distribuídos por cinco turmas que operavam em cinco diferentes localidades, conforme pode ser verificado no quadro 2, a seguir.

QUADRO 2

AS "TURMAS DA BOA-VONTADE": DISTRIBUIÇÃO DOS
OCUPADOS POR LOCALIDADES

LOCALIDADE	TRABALHADORES OCUPADOS POR TURMA
Taguatinga	2.100
Cidade Livre	1.500
Gama	600
Vila Planalto	1.600
Sobradinho	600
TOTAL	6.400

Fonte: *Correio Braziliense*, 10.03.1964:7.

As equipes se organizavam em dois turnos de trabalho, sendo supervisionadas por um trabalhador denominado "capataz de turma", o qual – chamamos a atenção – era "comumente escolhido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Brasília" (CB 10.03.64:7).

De início foi estipulado, pelo prefeito Ivo de Magalhães, o pagamento de dez mil cruzeiros a cada desempregado, quando casado, e cinco mil, quando

solteiro; este pagamento se daria a título de gratificação, ou ajuda de custo, pelos serviços prestados à cidade.

Muito pouco é o que conseguimos saber sobre os trabalhadores que formavam essas turnas. Eram, obviamente, migrantes que afluíam ao Distrito Federal, atraídos pela possibilidade de emprego nas obras de construção da cidade.

Assim, referindo-se à ajuda mensal de 42 mil cruzeiros que reivindicavam os desempregados, observa Raulino da Luz Amaral, capataz da turma da Cidade Livre (ou Núcleo Bandeirante): "...esse pagamento não somente é justo como humano, considerando-se o espírito patriótico desses homens que deixaram os seus Estados de origem e vieram, por livre e espontânea vontade, ajudar na fixação da cidade, aumentando o seu índice populacional" (CF, CB 15.03.64:8).

E de fato parecia ser considerável o afluxo que então se verificava. A população do Distrito Federal, que equivalia, em 1960, a 141.742 habitantes, crescera nada menos que 85 por cento até dezembro de 1963, o que representava um incremento anual médio da ordem de 28 por cento.

Mas isso não é ainda suficiente para retratar, com a adequada aproximação, o ritmo de aumento destes contingentes de trabalhadores. É provável que o seu incremento tenha sido ainda mais intenso: se tomarmos o índice de crescimento populacional entre 1960 e 1963 da mais importante cidade-satélite então existente, a de Taguatinga, veremos que sua população cresceu nada menos que 131 por cento no período, o que equivale a um incremento anual da ordem de 44 por cento (quase dobrando a cada dois anos). Assim é que Taguatinga, palco de alguns dos principais acontecimentos que envolveriam a "Turma da Boa-Vontade", já possuía pouco mais de 60 mil habitantes no momento em que nela se organiza a maior das turmas de desempregados⁽⁶⁾.

Este espantoso incremento populacional parecia progressivamente defrontar-se com a relativa desaceleração do ritmo das obras públicas, seja por efeito da crise em que estava submersa a Economia, seja pela pressão política dos influentes grupos de "retornistas", (como eram conhecidos aqueles setores que ainda se debatiam pela reversão da capital), seja por fatores cuja consideração nos escapa.

Quaisquer que tenham sido eles, é certo que, em Brasília, o ano de 1964 claramente configurava uma retração na oferta de emprego na construção civil que, aliada à continuidade do fluxo de migrantes, desenhava um quadro de desemprego cuja agudez já ficara sugerida nos dados do quadro 2.

Não é muito, também, o que sabemos sobre as condições de vida daqueles que construíram a nova capital. Conseguimos reunir alguns relatos sobre a chamada Cidade Livre, os quais podem nos fornecer uma aproximação,

(6) Os dados demográficos aqui apresentados têm como fonte as informações do Serviço de Coleta do D.F., do Conselho Nacional de Estatística, veiculadas no *Correio Brasileiro* de 15.04.64:6).

ainda que imprecisa, daquela localidade que – juntamente com Taguatinga –, constitui-se num dos mais importantes cenários das manifestações políticas dos empregados nos idos de março de 1964.

Abrijo dos pioneiros, a Cidade Livre fôra constituída como um núcleo provisório para a ocupação inicial, tendo se afigurado, entre os anos de 1957 e 1960, como um verdadeiro formigueiro humano. Seu caráter supostamente transitório fôra a justificativa para que os administradores públicos se isentassem de qualquer preocupação quanto ao abastecimento de água potável, à instalação de rede de esgotos, à iluminação, à coleta de lixo, enfim, toda sorte de serviços urbanos mais elementares.

Efetivamente, algumas transferências maciças foram promovidas, removendo pessoas ali residentes, para a Asa Norte do Plano Piloto ou para cidades-satélites. Contudo, a julgar pela imprensa local, apesar da determinação dos administradores de chegar a completar a remoção de todos os seus moradores, “políticos inescrupulosos ou simplesmente bisonhos começaram a agir junto às autoridades para obter a urbanização da Cidade Livre. E o fato é que, de mansinho, foram conseguindo sucessivamente asfaltamento, arruamento, promessa de rede de água e de esgotos, iluminação pública, permissão para construção “definitiva” em alvenaria e mais uma série de concessões (...) a Cidade Livre foi pouco a pouco se transformando em uma favela (...). Passados os anos de mudança da Capital Federal para Brasília, a situação da Cidade Livre continuou não a mesma e, sim, cada vez pior, Modificação? Houve, uma: a cidade passou a ser chamar Núcleo Bandeirante (...)” (CB 10.03.64, Caderno 2:1).

Em uma série de reportagens veiculadas então na imprensa local, denuncia-se que “De todos os problemas que angustiam o Núcleo Bandeirante, a exploração do lençol e a infância abandonada são os mais graves” (CB 10.03.64, Caderno 2:1).

“Verdadeiras pocilgas serviam de casas às infelizes famílias das vítimas dos exploradores. Colchões imundos, fervilhando de insetos parasitas, eram leitões. Água, para se beber e cozinhar, era vendida em latas, trazidas de longe em carrinhos de mão, e vendida a preços elevadíssimos. Num banheiro, nem água para banho” (CB 12.03.64, Caderno 2:1).

Durante um curto período de interdição da chamada “zona boêmia”, de que se tem notícia nesta época, o número de prostitutas que ali trabalhavam foi reduzido (sic) em 800.

Se todo esse conjunto de impressões não nos pode levar muito longe em sólidas inferências, quando menos provê alguns indícios sobre a precariedade nas condições de vida reinantes, refletindo, ainda que superficialmente, algumas das dimensões do pauperismo que ali imperava. Não é, então, casual que só a “Turma da Boa-Vontade” do Núcleo Bandeirante (a chamada “Cidade Livre”) abrigasse quase 10 por cento da população no serviço voluntário de limpeza das suas ruas em troca, no máximo, da miserável ajuda de 10 mil cruzeiros.

Para que se avalie o quão insignificante era esta "ajuda" frente às necessidades de reprodução do trabalhador e da sua família, lembramos que ela representava pouco menos de *uma quarta parte* do salário mínimo de 42 mil cruzeiros, então vigente no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, principais centros urbanos. E, ainda assim, eram freqüentes as denúncias quanto aos atrasos ocorridos nos pagamentos às atividades das "turmas".

Neste quadro, constitui-se o primeiro momento vivido pelo movimento: as "turmas" passam, progressivamente, de uma forma de solução paliativa para o desemprego, a um espaço para a expressão organizada dos interesses dos trabalhadores tornados relativamente excedentes na esteira do processo de retração da construção civil.

Assim é que, do trabalho coletivamente organizado (via estrutura sindical da ativa) e inicialmente gratuito, o grupo logra avançar para a percepção da gratificação de 10 mil cruzeiros. A partir daí parecem ter sido colocados dois planos de luta: sem prejuízo da reivindicação de regularidade do pagamento assentado, as "turmas" sustentam a demanda que parece ser a mais urgente; voltada para um vínculo empregatício regular que lhes assegure um valor igual ao do maior salário mínimo. É isto, ao menos, o que parecem sugerir os dados de que dispomos:

"Agradecendo a reportagem do nosso companheiro Paulo Pessoa⁽⁷⁾, esteve em nossa Redação o sr. Raulino da Luz Amaral, capataz da turma de desempregados que faz a limpeza das ruas do Núcleo Bandeirante, dizendo que não poupará esforços para conseguir junto às autoridades constituídas, melhor amparo aos que procuram ganhar dinheiro com trabalho honesto e ainda ajudam a povoar Brasília, possam (sic), pelo menos, ganhar um salário suficiente para um parcial sustento de sua família".

"Prosseguindo em suas declarações, disse mais o sr. Raulino, que está reivindicando junto ao prefeito de Brasília, ao presidente da República e demais autoridades, uma ajuda mensal de 42 mil cruzeiros para os desempregados (...)"

"Acrescentou mais aquele operário ser o pagamento de 10 mil cruzeiros nem sempre feito com regularidade. É insuficiente para a alimentação individual dos desempregados e a grande prova disso é que tem despendido dinheiro de seus próprios recursos, para refeições para os trabalhadores, o que comprovou com notas exibidas de muitos restaurantes (...)" (CB 15.03.83:8 e 4).

Entendemos que o primeiro momento no processo de constituição das "turmas" em expressão organizada dos interesses destes desempregados esgota-se com o episódio da breve paralisação que teve lugar no dia 06 de março, no Núcleo Bandeirante, em virtude do atraso no pagamento da gratificação. "Todavia, horas depois, o próprio presidente da República, reconhecendo a uti-

(7) O agradecimento pode ser tomado como um indício de que as informações em que nos baseamos até aqui não deviam estar substancialmente afastadas da realidade dos problemas vividos pelas "turmas".

lidade do trabalho daqueles homens, autorizou que se efetuassem, imediatamente, o pagamento das importâncias devidas, para que os trabalhos prosseguissem. Recebidos os montantes, continuaram a trabalhar" (CB 10.03.64:7).

Acreditamos caracterizar, este primeiro momento, a tendência do movimento a ater-se às suas reivindicações mais imediatas, dentre as quais parecia ponderar aquela de assegurar o benefício conquistado, garantindo a regularidade do seu pagamento.

Um segundo traço que parece próprio deste primeiro momento é a relativa escassez de nexos com outras forças sociais, em parte talvez uma decorrência do fato de que o movimento desbordava ainda muito pouco os seus próprios limites, conforme já destacáramos anteriormente.

O elo mais significativo que se estabelecia então era com a própria estrutura sindical dos trabalhadores *da ativa* da construção civil. Destacar a existência deste elo parece ser um elemento de particular relevo para a nossa hipótese de trabalho.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (STICMB) não parecia discrepar grandemente, por sua natureza, daqueles que se constituíam, então, nos setores de ponta do movimento operário brasileiro⁽⁸⁾. Assim, já a sua origem denota um pouco do seu caráter: longe de ter-se constituído no bojo do processo de luta dos trabalhadores da construção civil em Brasília, proveio da iniciativa de elementos estranhos à categoria e representantes de interesses alheios e, algumas vezes, mesmo adversos, à classe trabalhadora. É particularmente elucidativo que se indique que o seu "primeiro presidente, Heitor Silva, não era elemento da categoria e jamais foi operário (Ribeiro, 1977:40), acabando por ser dele expulso (em agosto de 1962) por apropriação indébita de recursos, na condição de presidente do Sindicato.

O seu estatuto exprimia o caráter corporativo do sindicalismo oficial, nele se destacando, inclusive, ter sido o órgão construído "com o intuito de colaborar com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade da classe e da sua subordinação aos interesses nacionais" (idem, *ibid*:43). Entretanto, estas travas parecem não ter sido suficientes para conter, em todos os momentos, o potencial de luta do movimento, o que confere ao Sindicato uma aparência até certo ponto contraditória, que hesita entre a conciliação de classe e a defesa dos interesses da categoria, especialmente naquelas conjunturas em que a força do movimento popular se fazia sentir com mais nitidez.

No que diz respeito à sua articulação com as "turmas" de desempregados, a "intidade não interfere nos trabalhos, nem comanda que os desempregados varram as ruas. Apenas, como líderes sindicais, *responsáveis pelos interesses da classe*, enviam medidas e providências, bem como reivindicam junto ao prefeito os pagamentos quando estão atrasados. Todos aqueles que

(8) As informações de que dispomos sobre o STICMB provêm especialmente do estudo de Ribeiro, 1977.

querem trabalhar têm o nosso apoio e qualquer um que busca recursos no trabalho merece ser ajudado' – disse o sr. Humberto Schetini" (CB 10.03.64:7; grifos nossos).

Duas questões caberiam ser, entretanto, destacadas. Em primeiro lugar, não pode ser desconsiderado o papel que o sindicato desempenha neste primeiro momento como fator de aglutinação e de organização dos desempregados em torno das "turmas". Lembremos o fato, já anteriormente documentado, de que era a ela que cabia a indicação dos capatazes das turmas.

Em segundo lugar, cremos ser importante explicitar um outro elemento que parece estar subjacente ao discurso do presidente do sindicato, mas que o objeto do nosso trabalho requer que recuperemos: em nenhum momento o órgão parece renunciar ao seu papel político de aglutinador daquele enorme contingente de trabalhadores, que não são pura e simplesmente desempregados, mas compõem o *segmento de reserva de força de trabalho da construção civil*. Nesse sentido, o sindicato parece ser inicialmente a via propiciadora do surgimento das formas específicas de organização da sua reserva (no caso, através das "turmas").

Assim, parece transparecer aquilo que, pelo caminho da teoria, já supúnhamos correto: *é na relação* ativa-reserva que devemos buscar a chave para a compreensão do problema do comportamento político dos trabalhadores relativamente excedentes. Este primeiro momento do movimento fornece o exemplo de *uma* das vias pelas quais se estabelece esta relação, quiçá a mais natural delas, especialmente quando enfocamos um contingente de trabalhadores (como os da construção civil) para os quais a rotatividade no emprego é uma das características mais marcantes do processo de consumo de sua força de trabalho pelo capital⁽⁹⁾. É natural, então, que seja o sindicato aquele que venha a restabelecer a unidade entre os dois segmentos, via organização dos excedentários. No caso brasileiro, a crise conjuntural, aliada à especial conformação do mercado de trabalho, apontam razões suplementares para tão estreita vinculação.

Finalmente, gostaríamos de tecer, ainda quanto a este primeiro momento, uma última consideração. Alinhamos até aqui duas características que o especificam; arriscáramos dizer que talvez uma outra pudesse ser suficiente para esboçar o quadro da sua caracterização. Trata-se, aqui, não do conteúdo (característica 1) e nem dos nexos com outras forças sociais (característica 2), mas das formas de luta empregadas. Provavelmente em decorrência do que até aqui foi colocado, elas se caracterizavam pela quase total ausência de violência e de intervenção *direta* destes contingentes no encaminhamento das demandas; era a negociação intermediada a forma que pareceu dominar até quando

(9) Outras e mais complexas podem ser as vias pelas quais esta relação pode vir a se estabelecer, quando variam as formas de existência da reserva. Em outra oportunidade, e para outra análise de caso, desenvolvemos considerações a respeito (Castro, 1983: parte II, cap. 3).

ecloidiu a primeira "e breve", no dizer da imprensa, paralisação, realizada pelos trabalhadores do Núcleo Bandeirante.

Esta introduz a descontinuidade que nos permite sugerir que se esgotava o primeiro momento do movimento, estabelecendo-se um interregno para um outro de características totalmente diversas.

A força do desemprego e o emprego da força: o movimento em sua segunda forma de existência

A passagem do primeiro ao segundo momento de existência do movimento da "Turma da Boa-Vontade" pareceria incompreensível se a tratássemos de uma forma indeterminada, isto é, se esquecêssemos a dinâmica própria da conjuntura em que se insere, o movimento de transformação desta e o contínuo rearranjo nas relações de força que se estabelecem entre as distintas classes e segmentos sociais.

Eliminadas estas mediações, dificilmente entenderíamos a virulência das consignas, a violência das formas de luta e o caráter socialmente amplo e massivo do movimento que, apenas 10 dias depois da "breve paralisação" a que nos referimos, tomará de assalto algumas das principais localidades do Distrito Federal, especialmente a sua maior cidade-satélite (Taguatinga) e o seu mais tradicional centro populacional (o Núcleo Bandeirante – a "Cidade Livre").

Inicialmente, há que contabilizar o efeito favorável da conjuntura nacional, marcada não apenas pela clara ascensão das forças populares, mas também pela capacidade destas de fazer ganhar expressão política no pacto de poder algumas das suas mais veiculadas consignas. Exatamente no interregno entre o que aqui chamamos primeiro e segundo momento situa-se o comício de 13 de março, indubitavelmente um dos fatos políticos de maior significação para o entendimento do processo de redefinição da correlação de forças entre as classes sociais na conjuntura.

Se é certo que o efeito mediador da conjuntura política nacional propiciava um claro estímulo à organização dos trabalhadores, esse incentivo parecia ganhar dimensão especial em se tratando de movimentos localizados na capital federal. Em que pese a sua pouca expressividade como centro de decisões, Brasília não deixava de ser uma das principais caixas de ressonância dos embates políticos, ao menos pela sua condição formal de sede da Presidência da República.

Não desconsiderando a importância destas determinações gerais, caberia recuperar ainda as determinações específicas, que conferem singularidade a esta rica conjuntura política no D.F., de modo a nos situarmos melhor no contexto em que amadurece o movimento da "Turma da Boa-Vontade".

Ao que parece, aquela segunda quinzena de março de 1964 começava de um modo particularmente efervescente. É como se Brasília vivesse um crescendo de mobilizações que, atingindo diferentes e cruciais setores na vida da cidade, propiciava a emergência de novas formas de expressão política.

Assim, logo ao se iniciar a quinzena entram em greve os trabalhadores da única empresa viária urbana, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB). Reivindicavam a municipalização da empresa, o enquadramento de trabalhadores e a readmissão de três demitidos, numa paralisação que, embora durando apenas o dia 16 de março, desestruturava *todo* o sistema de transporte coletivo da cidade.

No dia seguinte, 17 de março, iniciava-se o prazo de 48 horas dado pela União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Brasília (Umesb) para o atendimento à reivindicação de uma cantina para estudantes do Plano Piloto, caso contrário suspenderiam as atividades nos 23 ginásios de Brasília. O clima de expectativa dominava toda a rede de ensino secundário e as autoridades educacionais do D.F.

Simultaneamente, ocorre aquela que nos parece a mais importante mobilização dentre as oriundas de outras forças organizadas: entram em greve, em decisão unânime tomada na madrugada de 17 de março, os trabalhadores da construção civil do Distrito Federal: reivindicavam a elevação do salário mínimo para 72 mil cruzeiros, contra os 42 mil então vigentes e – observe-se –, reclamados pelos desempregados como pagamento mínimo ideal pelos serviços de limpeza que realizavam.

O clima de tensão parecia estar instalado na cidade, destacando a imprensa que, num dos piquetes, “em Taguatinga, chegou mesmo a se registrar um tumulto de pequenas conseqüências quando o policial Juvenal dos Santos, sacando do revólver, quis atirar contra os trabalhadores que vigiavam as obras. Foi felizmente contido pela turma que lhe tomou a arma e rasgou as vestes (...)” (CB 18.03.64:6).

Por outro lado, as próprias reações a esses movimentos indicavam a presença de outras forças sociais que elevavam ainda mais o nível de tensão reinante. Eram os chamados “retornistas”, sobre os quais considerava o então secretário da Educação do Distrito Federal: “Mais uma greve apenas viria inquietar a cidade e adubar a idéia dos deputados retornistas que querem a todo custo fazer com que a capital volte para o Rio. Todas essas greves seriam para eles um grande argumento” (CB 10.03.64:6).

É neste contexto que começaram a eclodir as primeiras mobilizações que, ao nosso ver, configuram o início da segunda fase no movimento da “Turma da Boa-Vontade”. Já naquele 17 de março tiveram lugar várias manifestações, dispersas por locais diferentes, mas quase sempre entremeadas por ameaças de depredações que levaram muitos estabelecimentos a fechar as suas portas, especialmente na cidade-satélite de Taguatinga.

As informações de jornais não são convergentes quanto à origem destas manifestações. O *Jornal do Brasil* sugere um caráter mais marcadamente espontâneo ao noticiar que “Cerca de dois mil trabalhadores, instalando barricadas ao longo de todas as entradas de Taguatinga, isolaram esta cidade-satélite de Brasília, em sinal de protesto pelo não cumprimento das promessas feitas

pela subprefeitura, que se recusou a pagar 60 mil cruzeiros a cada um por três meses de trabalho”(10).

“A promessa de pagar 20 mil cruzeiros por mês a cada um foi feita pela subprefeitura quando começaram os trabalhos. Depois de cumprirem a tarefa, organizaram-se em filas, para receber, constatando ali que só os casados ganhariam 20 mil cruzeiros por mês, cabendo aos solteiros apenas 5 mil cruzeiros”.

“Da fila de cobrança os trabalhadores partiram para as ruas de Taguatinga, decidindo estabelecer o cerco até que fossem pagos sem discriminação” (JB 19.03.64, Caderno 1:13).

Já o *Correio Braziliense* apresenta uma versão algo diferente desses mesmos fatos, sugerindo que “havia, antes, uma decisão segundo a qual, à meia-noite de anteontem para ontem, sairia uma grande passeata a pé até o Palácio do Planalto. À última hora, entretanto, outra decisão foi tomada. Assim, nasceu o bloqueio da cidade” (CB 19.03.64:6).

Desfilando pelas ruas de Taguatinga, os manifestantes pediam a adesão de todos e se dirigiam para a entrada daquela cidade-satélite, onde teve lugar um comício, após o qual foi suspenso o tráfego, “por uma multidão calculada por nossa reportagem em cerca de 10 mil pessoas” (idem), que clamavam ao governo por “trabalho para todos”.

“A insatisfação dos trabalhadores era geral, e a principal alegação era a de que estavam trabalhando sob promessa de emprego, mas recebiam apenas 10 e 5 mil cruzeiros, para os casados ou solteiros”.

“Em uma conversa informal que conseguimos ouvir, o desejo manifestado por todos era o de trabalhar, mas a insatisfação e a fome faziam chegar ao extremo. Até à tarde nenhuma autoridade havia comparecido ao local e dificilmente seria recebida se aparecesse. O tumulto tomava conta de tudo e a ausência completa de policiamento dava Taguatinga ao comando da população orientada por diversos líderes em muitos setores. O trabalhador que comandava todo o movimento desde o começo perdia a chefia ante uma votação improvisada do alto de uma cadeira...” (idem).

Enquanto isso ocorria em Taguatinga, no Núcleo Bandeirante (Cidade Livre) outros piquetes convocavam os trabalhadores a suspender as atividades, ao tempo em que os desempregados que ali constituíam a “Turma da Boa-Vontade”, revoltados pelo não pagamento da quinzena, resolviam depredar o prédio da sub-prefeitura local. O comércio, temendo saques e outras depredações, fechava as suas portas.

“Aos gritos de ‘pão ou morte’, uma multidão calculada em cerca de 4 mil pessoas, depredou na tarde ontem a subprefeitura do Núcleo Bandeirante, depois de saquear um açougue e uma escola primária da Cidade Livre. O prédio

(10) Esta é a única fonte que fala em 20, e não 10 mil cruzeiros de gratificação. Imaginamos que haja aí qualquer equívoco.

da prefeitura ficou totalmente destruído, seus cofres e arquivos quebrados, calculando-se que os prejuízos ultrapassem a casa dos 70 milhões de cruzeiros”.

“O Núcleo Bandeirante se encontra, totalmente, sitiado com as entradas bloqueadas pelos manifestantes, que armados de pás, enxadas e picaretas, reivindicavam a todo momento comida, trabalho e moradia, estando dispostos mesmo a somente suspenderem o movimento depois que as autoridades de Brasília se dispuserem a parlamentar com eles em busca de um denominador comum, que venha pôr fim ao movimento” (idem).

Apesar do enorme aparato repressivo, “os manifestantes – que se avolumavam cada vez mais – permanecem nas ruas em grande agitação, empunhando uma bandeira nacional” (idem).

Mas não foram só as cidades-satélites que se tornaram palco destas violentas manifestações que marcaram o dia 18 de março de 1964. Também no centro da capital federal, no Plano Piloto, ocorriam manifestações de vulto. E era especialmente ali onde mais claramente se integravam os dois movimentos que, apesar de distintos por suas demandas formais, refletiam conjuntamente os interesses de um mesmo segmento da classe trabalhadora: a ativa e a reserva da construção civil.

Convergindo para um dos canteiros de obras mais centrais, logo formou-se uma multidão calculada em pouco menos de duas mil pessoas. *Ali se reuniram, além dos desempregados, operários da construção civil, a essa altura em seu terceiro dia de greve.* “Os operários, de mãos erguidas, pediam o atendimento de sua reivindicação salarial, com a fixação em 72 mil cruzeiros o salário mínimo, no Distrito Federal. Na mesma ocasião reafirmavam a sua disposição em somente retornar ao trabalho depois de coroado de êxito o seu movimento paralista. Por outro lado, centenas de desempregados uniram-se aos grevistas reivindicando emprego e comida (...). A qualquer chamado todos acorriam aos gritos e manifestações de braços erguidos. Logo depois voltavam à grama verde do Eixo Monumental, onde deitavam, pesadamente, seus corpos cansados” (idem).

O temor de que também ali ocorressem saques e depredações levou o comércio do Plano Piloto a fechar igualmente suas portas. Entretanto, o movimento no local pareceu não tomar exatamente as mesmas formas que assumia nas cidades-satélites.

Ao final da tarde, após mais de 15 horas consecutivas de massivas manifestações em quase todas as localidades do Distrito Federal, os trabalhadores foram surpreendidos pela notificação (conjuntamente assinada pela prefeitura e Departamento Federal de Segurança Pública) de que a partir do dia seguinte seria assegurado trabalho em várias frentes de atividades, que poderiam absorver até 300 homens por dia; informava-se, também, que aqueles operários mais premidos pela necessidade de alimentos poderiam receber um adiantamento do sortimento padrão dos produtos a serem distribuídos.

Mas a resposta, autoritária somente na aparência, poderia pretender sanar a questão. E o dia 19 de março encontrará os desempregados das “turmas”

manifestando-se com redobrada virulência e sendo violentamente reprimidos. A delicada questão política que se cria com os levantes da população nas principais cidades-satélites terá, então, de ser conduzida diretamente pela Presidência da República.

Este recrudescimento provoca uma espécie de articulação dos vários movimentos de "turmas", até então desconectados em sua expressão; eles passam a afluir em direção ao Núcleo Bandeirante, sem prejuízo da mobilização nas outras diferentes localidades, especialmente Taguatinga. Induz, ademais, à manifestação de formas concretas de solidariedade por parte de outras forças componentes do movimento popular, como é o caso dos estudantes. Consagra, por fim, a articulação reserva-ativa pela inclusão, na comissão de negociação, de chefes de "turmas" e do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília.

As mais violentas ações voltaram a se dar no Núcleo Bandeirante. Ali, naquela manhã de 19 de março, cerca de duas mil pessoas aguardavam a chamada, pelo sub-prefeito, dos desempregados que deveriam ser designados para as frentes de trabalho nas circunvizinhanças de Brasília, onde atuavam empresas empreiteiras da Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

Reiniciaram-se, então, as manifestações que repudiavam aquele emprego, reivindicando a condição de funcionários da prefeitura do Distrito Federal, o pagamento do salário mínimo de 42 mil cruzeiros, além de alimentos para as famílias, trabalho próximo ao local de residência, e condução que interligasse a casa e trabalho.

"Alegando que somente poderia tomar esta medida após entrevistar-se com o prefeito Ivo de Magalhães, o subprefeito do Núcleo Bandeirante provocou, sem o sentir, os conflitos que eclodiram daí a instantes. A massa começou a protestar contra as autoridades, fazendo exigências e impondo condições. Já aí ninguém mais se entendia. Reinava confusão e balbúrdia.

"Aos gritos de 'vamos quebrar tudo', os manifestantes iniciaram os primeiros momentos dos conflitos com a Polícia" (CB 20.03.64:6). Teve início, então, uma sucessão de episódios de violenta repressão policial (a princípio, com caminhões-tanques que jogavam jatos de água contra os manifestantes) e de depredações de casas comerciais, residências e da própria Delegacia de Polícia, apesar desta se encontrar fortemente guarnecida.

"Utilizando pedras, pedaços de pau, tijolos, estacas, etc., os manifestantes procuravam destruir tudo que lhes estava ao alcance, visando, particularmente, a Delegacia de Polícia" (idem). Os policiais, por sua vez, passaram a lançar mão de bombas de gás lacrimogêneo e a atirar contra os milhares de manifestantes, ferindo inúmeros destes (CB 20.03.64:6).

Somente com a presença do Chefe da Casa Civil da Presidência da República é que a situação tendeu a se acalmar, aceitando este que se constituisse uma comissão de negociação composta por representantes dos desempregados (Raulino da Luz Amaral, José Correia Agueira) e do Sindicato dos Tra-

balhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília (Humberto Schettini).

“Em solidariedade aos seus companheiros de reivindicações, chegaram ao Núcleo Bandeirante vários caminhões procedentes de quase todas as cidades-satélites, conduzindo voluntários para a campanha. O maior número deles procedia de Taguatinga, onde a situação também estava difícil e até certo ponto incontrolável. Esses veículos portavam faixas alusivas aos objetivos do movimento, às exigências que os populares que recusaram as colocações nas frentes de trabalho da PDF faziam às autoridades” (CB, idem:6).

O aguardo do retorno da comissão de negociação não arrefeceu o ânimo dos manifestantes que realizavam “comícios-relâmpagos” nos quais reafirmavam as suas reivindicações.

Tampouco em Taguatinga tiveram fim as manifestações que se iniciaram na véspera, dia 18 de março; “(...) às 19 horas recrudesceram os movimentos, com a interdição de algumas vias de acesso ao centro da cidade, obrigando os condutores de veículos a desviarem seus transportes por contornos e por fora da cidade. Enquanto isso, a tensão crescia e fazia com que a população e os comerciantes ficassem apreensivos, fechando as portas das residências e casas comerciais.

Além do Núcleo Bandeirante e de Taguatinga, era igualmente tensa a situação na Vila Planalto e mesmo no Plano Piloto. As tropas do Exército entraram em regime de prontidão e havia um clima de tensa expectativa nos Ministérios Militares.

A imprensa local buscava ver, por detrás dos manifestantes, a ação de supostos grupos “retornistas”, interessados em desestabilizar a nova capital. Assim, o conservador diário *Correio Braziliense* chega a sugerir em editorial que a “desusada agressividade” do movimento poderia estar a indicar a existência de manipuladores “retornistas”, igualmente responsável pelos boatos que se espalhavam pela cidade de que estaria iminente o retorno do Congresso para o Rio de Janeiro, ou mesmo sua mudança para São Paulo (CB 10.03.64:1).

Esses boatos foram tão insistentemente veiculados que a Câmara antecipou o encerramento dos seus trabalhos e, após reunião dos líderes partidários, o seu presidente proclamava que Brasília era a capital do país.

Os entendimentos entre a comissão de negociação, o Departamento Federal de Segurança Pública e a Presidência da República levaram à suspensão do movimento, sem que, entretanto, os desempregados houvessem logrado aquilo que demandavam em seu segundo dia de manifestação.

A suspensão do movimento sem ganhos pode ser considerada como o ponto em que parece esgotar-se o segundo momento no movimento das “Turmas da Boa-Vontade”. Esse momento difere profundamente do anterior, em sua qualidade. Em primeiro lugar, altera-se a natureza das consignas, expressas na luta por “trabalho para todos”; em segundo lugar, muda radicalmente o caráter das formas de luta, que adquirem o traço da violência, ao modo de um levante popular.

Em terceiro – e mais destacado lugar –, poderíamos dizer que os quebra-quebra, o bloqueio das cidades-satélites e, finalmente, o controle das localidades ocupadas, parecem exprimir a inserção da reserva no movimento geral de reivindicação dos trabalhadores da construção, que se expressa na greve dos contingentes na ativa. Esta imersão na cena política, abrupta e violenta, parece ser suficiente para garantir um direito mínimo da cidadania, qual seja, o de escolher seus representantes no processo de interlocução, forjado com a parceria dos trabalhadores da ativa, legitimamente representados pelo seu sindicato.

Hiato entre as formas de luta e a liderança: o movimento em sua terceira forma de existência

Suspensa o movimento, informa o *Correio Braziliense*: “Na manhã de ontem, desempregados esperavam ao lado dos cordões de isolamento, por sua vez de serem chamados para registro e na própria segunda-feira, embarcaram para os locais de trabalho. A primeira turma a seguir será de trezentos e cinquenta homens que irá acelerar os trabalhos da rodovia Pires do Rio sendo que os demais se destinarão às novas rodovias, que ligam a Capital da República a cidades dos Estados de Minas e Goiás” (CB 21.03.64:8).

Significativamente registra o jornal a seguinte observação daquele que lhe pareceu ser o líder mais notório do movimento: “Conforme nos revelou o sr. Raulino Amaral, uma das condições mais sérias impostas não somente pelo chefe da Casa Civil, como pelo próprio prefeito Ivo de Magalhães, será a de que *aquele que promover qualquer desordem perderá imediatamente o emprego. Havendo trabalho, para aquele líder operário, não pode haver baderna*, desde que a política nos deixe em paz e não faça como na sexta-feira, quando atirou em homens que apenas gritavam que tinham fome” (idem, grifos nossos).

É igualmente significativo que, apenas quatro dias depois desses acontecimentos, também regressem ao trabalho os operários da construção civil, sem que tampouco tivessem atendida a sua reivindicação de aumento do mínimo salarial. A constituição de uma comissão paritária, o pagamento dos dias paralisados e a não-punição dos grevistas foram as conquistas logradas.

Note-se que o claro atrelamento da estrutura sindical ao aparelho governamental permitiu que, imediatamente antes deste desfecho desfavorável, os dirigentes dos desempregados e do sindicato comparecessem ao Palácio para manifestar o seu apoio ao presidente João Goulart, que reconhece a justeza das suas reivindicações. Isto não foi, entretanto, suficiente para que elas viessem a ser alcançadas.

Parece transparecer então que, tanto quanto na promoção da mobilização, a estrutura sindical tem nesse caso um importante papel na desarticulação do movimento, especialmente quando ele ameaça fugir ao controle e exceder os limites permitidos à intervenção popular nos marcos do pacto populista. Só assim podemos entender o discurso, nitidamente marcado pelo tom de contenção, que desenvolve Raulino Amaral sobre a relação entre “trabalho” e “baderna”, no qual assume o papel de representante, não das demandas das “turmas”

frente às autoridades, mas das condições impostas por estas aos desempregados.

É igualmente curioso que o retorno ao trabalho dos operários da construção civil não tenha sido fruto de uma decisão majoritária *do movimento* (que houvera decretado unanimemente a paralisação). Assim, a proposta ministerial, aceita imediatamente pelos dirigentes sindicais e somente depois pelos patronais, previa que a Assembléia Geral dos trabalhadores seria realizada a 12 de abril, enquanto que o retorno às atividades se verificaria desde 25 de março.

Estes seriam, ao nosso ver, outros indícios do efeito claramente mediador que exerce a conjuntura política sobre as formas e o alcance da expressão dos interesses dos diferentes segmentos da classe trabalhadora. Mas este efeito de mediação se faz sentir contraditoriamente, refletindo em sua ação o próprio caráter contraditório das forças que se entrecruzam na conjuntura.

Assim, se parece ser verdadeiro que a organização sindical dos trabalhadores tenderia a frear o movimento, trazendo-o para o leito das formas e consignas não contraditórias com as forças hegemônicas no pacto populista, este esforço não é capaz de evitar que tenha lugar o efeito reprodutor da mobilização de uns setores da classe trabalhadora sobre outros. Desse modo a "solução" do problema das "turmas" dá lugar à ocorrência de uma greve entre os trabalhadores regulares do serviço de limpeza pública. Pouco sabemos sobre os desdobramentos desta, ficando apenas registrado na imprensa que protestavam contra "o excessivo número de tarefas que teriam a cumprir *após a desativação das "Turmas da Boa-Vontade"* (CB 26.03.64:6).

Mas é particularmente significativo que aquelas estruturas de contenção tampouco tenham sido capazes de evitar que se reproduzisse, no seio do próprio movimento, a tensão oriunda do efetivo malogro na obtenção das reivindicações de maior peso, aguçado pelo sobressalto que despertara a violenta repressão policial de que foram vítimas os manifestantes.

E, desse modo, nos estertores da segunda fase do movimento da "Turma da Boa-Vontade", tiveram lugar importantes desdobramentos que expressam a tensão entre as forças a que nos referimos, e que se resolve em formas extremamente contraditórias. Se, por um lado, redundam na aceitação das mesmas condições ocupacionais rejeitadas violentamente pelos desempregados, ao final do primeiro dia do "quebra-quebra", por outro lado parece ter deixado um saldo organizativo de tal modo importante que, mesmo ultrapassados os momentos dominados pela violência das massas, restam importantes marcas no processo de organização popular. Este saldo organizativo parece pôr o movimento no seu terceiro momento. Senão, vejamos:

"Fato inédito ocorreu domingo na Cidade Livre (dia 22.03), quando a 'polícia' da Boa-Vontade, na pessoa do seu 'comandante-chefe', Raulino da Luz Amaral, dirigiu-se ao Distrito do Núcleo Bandeirante, procurando o detetive José Custódio Filho e dando-lhe voz de prisão. 'Quando acabar o seu serviço, o senhor se apresente em nossa delegacia. O senhor está preso pelos acontecimentos verificados na sexta-feira passada, pois, temos a suspeita de que foi o

senhor que atirou nos operários'. Contido por outros policiais de plantão, que a princípio não esconderam seu pasmo pela audácia do 'comandante', Raulino se retirou para o 'quartel' " (CB 25.03.64:6).

Ou seja, pela ótica do estarecido diário local podemos depreender que as "turmas" teriam gerado como subproduto uma espécie de milícia popular – significativamente sediada no prédio destruído da sub-prefeitura –, que tomava progressivamente a si não apenas os episódios de violência política, como neste caso que acabamos de relatar, mas, também, o papel de polícia de costumes e de vigilância cotidiana da chamada ordem pública. Este é o seu momento de maior força relativa nesta terceira etapa do movimento.

"(...) chega a ser divertida a situação dos verdadeiros policiais da Cidade Livre, *que nos disseram pouco terem o que fazer, uma vez que 'os policiais do outro lado' fazem todo o serviço. Fazem patrulhamento na Zona Boêmia, prendem ébrios e desordeiros que perambulam por lá (...). Observamos detalhes interessantes no 'quartel' da 'Polícia da Boa-Vontade'. Um praça ou qualquer subalterno se aproxima de Napoleão e pergunta: 'Dá licença, seu Tenente?'. O comandante infla o tórax e responde: 'Pode falar, praça' (...)*" CB 26.03.64:6 , grifos nossos).

No afã de desmoralizar essa emergente forma de organização popular, a imprensa local não poupava espaços para veicular o que de pitoresco parecia existir na questão. Mas, contraditoriamente, e curioso, é também revelador da importância que parecia estar adquirindo a "Polícia da Boa-Vontade".

"Revelou-nos o 'tenente' Napoleão que, na noite de anteontem houve um entrevero entre duas mulheres da ZBM (Zona Boêmia), sendo que a mais ferida foi se queixar no Distrito e o delegado havia respondido que ela se dirigisse ao 'tenente' Napoleão, pois os casos policiais da Cidade Livre estavam afetos à 'Polícia da Boa-Vontade' e não ao Departamento Federal de Segurança Pública (...)"

As atitudes de diferentes autoridades policiais para com a "Polícia da Boa-Vontade" sugeria, de modo mais ou menos explícito, a consciência de que a desarticulação daquela organização seria uma simples questão de tempo. De fato, se era certo que a organização dos desempregados parecia poder controlar importantes localidades do D.F., as transferências para as frentes de trabalho, aliadas ao distanciamento da direção sindical, esvaziavam a liderança dos desempregados.

Alguns setores expressavam a crença "benévola" em que mais cedo ou mais tarde eles seriam absorvidos, até mesmo pela incorporação às forças policiais regulares dos efetivos da "Boa-Vontade".

"Exibindo um cartão do tenente-coronel José Lemos de Avelar, garantiu-nos o sr. Napoleão Cláudio de Oliveira que o Chefe de Polícia lhe havia dito que a 'Polícia da Boa-Vontade' seria mantida até uma segunda ordem sua e que aquele cartão lhe permitia entrar no gabinete do Chefe de Polícia toda vez que desejasse. Afirmou, ainda, haver-lhe assegurado o coronel Avelar que iria enviar todos os seus esforços no sentido de aproveitar, no DFSP, o maior número

de homens da 'polícia da Boa-Vontade', principalmente os que soubessem ler e escrever" (idem).

Em outras áreas como, por exemplo, na Superintendência da Polícia Metropolitana, parecia haver a certeza de que, com o embarque dos últimos desempregados para as frentes de trabalho, a "Polícia da Boa-Vontade" deixaria de existir⁽¹¹⁾.

Como dizia o superintendente, "os tais 'praças' terão também que seguir" (CB 25.03.64:6). Perguntado sobre o que aconteceria se, após os embarques de desempregados, persistissem as atividades daquela "polícia", afirmou: "Então estarão querendo fazer baderna e ridicularizar a verdadeira polícia. Seremos forçados a *agir com todos os rigores da lei*" (idem).

E outro não foi o desdobramento da situação. O terceiro momento parece então entrar numa nova fase. Já no dia 26.03.1964 ocorreu a primeira prisão do comandante Raulino da Luz Amaral, em uma das Delegacias Circunscricionais do D.F. "Tudo aconteceu na noite de quinta-feira quando aquele capataz entrou no gabinete do delegado dando ordem aos gritos e pedindo uma viatura 'pois necessitava fazer várias prisões' (...)" (CB 29.03.64:8). A sua prisão por desacato configurava uma nova forma de atuação das autoridades policiais frente ao movimento de desempregados, esvaziado com a dispersão dos seus membros pelas nove frentes de trabalho organizadas fora do palco dos acontecimentos. Ao lado disso, divulga-se que a "polícia de Raulino" passava a estar sob a mira das delegacias do Núcleo Bandeirante (CB 31.03.64:8). É o início da retomada, pelas autoridades policiais, do controle total e efetivo da cidade, do seu poder de polícia.

Concomitantemente, o Departamento Federal de Segurança Pública passou a agir em outra frente, tentando evitar que novas levadas de migrantes recriassem as condições iniciais que levaram ao surgimento das primeiras "turmas da boa-vontade". Em apelo aos governadores dos Estados, aquele mesmo coronel Lemos de Avelar – que acenara com a incorporação do pessoal da "boa-vontade" aos efetivos do DFSP –, agora comunicava que exerceria rigorosa vigilância nas estradas que dão acesso a Brasília, proibindo a entrada de caminhões conduzindo emigrantes, decisão destinada "a evitar que novas levadas de desempregados se juntem à massa de seus companheiros do Distrito Federal, trazendo greves e sérios problemas para as autoridades" (CB 31.03.64:8). Parece configurar-se o fim do movimento aglutinador dos desempregados, com as autoridades intervindo, inclusive, no estancamento dos fluxos migratórios.

(11) O embarque era curiosamente supervisionado pelos contingentes da "polícia da Boa-Vontade" que, assim, viabilizava as condições para a sua própria desarticulação, na medida em que se distanciava daqueles que exatamente lhe conferiam força, impondo às autoridades a sua existência.

Os candangos: as várias faces da repressão burguesa

O movimento militar, que se mostrou vitorioso exatamente nesse momento, já encontrou em claro refluxo a mobilização da "Turma da Boa-Vontade". Sobre ela já se houvera abatido a repressão que caracterizara a conjuntura anterior, exprimindo-se de modo aparentemente tão contraditório quanto contraditórias eram as forças sociais que, naquele momento, tentavam impor a sua hegemonia à sociedade brasileira.

Assim, a desmobilização, pela via de dispersão dos desempregados pelo interior do Planalto Central, não excluiu a adoção de violentas medidas de força que se consubstanciaram nos poucos veiculados e esclarecidos massacres de trabalhadores, que teriam ocorrido nos dias 19 e 20 de março.

Por outro lado, a nova conjuntura política, aberta com a vitória militar, dava ainda mais liberdade aos novos ocupantes do poder para tratar o fenômeno de migração rumo ao D.F. (especialmente a sua contenção) como uma questão de polícia. Prossegue-se adotando este tipo de medida, já agora com toda a radicalidade considerada necessária pelos seus autores.

Não queremos, com estas considerações, negar as diferenças ineludíveis que existem entre as conjunturas de março e de abril de 1964⁽¹²⁾. Acharmos entretanto necessário destacar, em primeiro lugar, que a repressão já se abatera sobre o movimento de desempregados *desde a conjuntura anteriormente vigente*, tendo sido a sua particular violência objeto de denúncias pelos manifestantes.

Em segundo lugar, gostaríamos de frisar a inexistência de descontinuidade no tratamento à questão dos desempregados entre o final de uma conjuntura e o início da outra. Seguem aliados, assim, dois tipos básicos de medidas: a repressão às tentativas de organização popular dos trabalhadores que permaneciam nas cidades-satélites, e o esforço em manter cada vez mais distanciados da cena política os trabalhadores das frentes.

No primeiro caso, registram os periódicos que já na madrugada de 4 de abril voltava a ser detido Raulino da Luz Amaral, desta vez juntamente com o "tenente" Napoleão Cláudio de Oliveira (*Jornal do Comércio*, 07.04.64:4). E a 09.04.1964 encontramos um novo registro de que "foi novamente preso na tarde de ontem o sr. Raulino da Luz Amaral quando tentava fazer novos levantes na Cidade Livre" (CB, p.6). Em balanço de suas atividades de abril, apresentado à imprensa, o Departamento Federal de Segurança Pública registra a realização de triagem de 800 elementos da "Boa-Vontade" (CB 21.04.64:8).

No bojo dessa primeira linha de medidas, amplia-se também o policiamento e a repressão nas cidades-satélites. Temos notícia de que só para Taguatinga fôra destacado um efetivo de 850 soldados, visando, entre outros ob-

(12) Dados de entrevista documentam que o principal dirigente do movimento, Raulino da Luz Amaral, encontrava-se no último semestre de 1964 preso em Brasília, em situação física e psíquica extremamente precárias, em virtude das torturas de que fôra vítima.

jetivos, "proceder buscas e batidas, tendo prendido grande número de agitadores comunistas, além de farto material subversivo" (CB 10.04.64:8).

Ao lado destas medidas, ampliam-se as atividades com vistas à dispersão física dos desempregados, já agora levadas às últimas conseqüências, não só com a repressão ao desembarque de novos contingentes de trabalhadores, mas com a virtual devolução dos candangos aos seus locais de origem, na forma do que se denominou "operação-retorno".

"O Gabinete da Presidência da Novacap revelou ontem à reportagem (...) que aquele órgão iniciou o recambiamento dos candangos de Brasília para as cidades de origem. Saliu que para a remoção dos candangos estão sendo utilizados todos os meios de transporte no alcance da Novacap, principalmente, ônibus, carros e aviões" (CB 09.04.64:6).

Nesse sentido constituiu-se um grupo de trabalho envolvendo a prefeitura, a Novacap e o Departamento Federal de Segurança Pública, ao qual se delegava a tarefa de coordenar a operação-retorno. Esta atinge proporções tão amplas que chegou-se a prever o retorno de seis mil candangos desempregados e de suas famílias, como meta para *uma semana* de atividades (CB 11.04.64:8). Também os ocupados nas frentes de trabalho foram estimulados a retornar com o pagamento dos serviços e transporte facilitados (*Jornal do Comércio* 07.04.64:3).

Esse afã de dispersar fisicamente os trabalhadores desempregados parece não ter sido apenas conseqüência das manifestações ocorridas em março, que pareceram controladas pelo próprio governo Goulart. Há algumas evidências de que, após o golpe, alguns segmentos daquele contingente retomam a atividade, visando reunir formas de resistência ao movimento militar.

Assim, já havíamos nos referido a uma segunda prisão de Raulino, em abril, por tentar reorganizar desempregados. Igualmente temos referência a uma outra, de igual natureza, de que teria sido vítima Jair Cançado Paulino Amaral, pelo mesmo motivo⁽¹³⁾. É enfim significativo o aparecimento, sempre associado nos jornais às notícias sobre os esforços para dispersar os trabalhadores, de informações sobre um movimento armado de candangos, oriundos de Taguatinga, que tentam oferecer resistência ao movimento militar que acabara de ocorrer.

"O Comando Geral da Polícia Militar (de Minas Gerais) informou que uma parte do contingente militar, acampado em Brasília, foi mobilizado para perseguir e desbaratar um grupo armado de 1.500 homens que depois de ter saqueado a cidade-satélite de Taguatinga, entrou em território mineiro.

"Fortemente armados, os desordeiros receberam a polícia a bala. Durante o tiroteio que se travou morreram os soldados mineiros (...)" (*Jornal do Comércio* 14.04.64:8).

(13) No *Jornal do Comércio*, diário pernambucano, encontramos referência à existência de "constantes agitações em cidades-satélites" (14.04.64:8), razão para o Comando Militar haver recambiado 680 candangos.

Na versão do *Correio Braziliense*, informa-se que "os 'candangos', em número superior a mil, deixaram Taguatinga e provocaram assaltos e depredações, quando estourou a Revolução. Homiziaram-se em Unaf, para onde se movimentou uma companhia do 10º BI. Houve reação dos candangos seguindo-se violento tiroteio (...)" (CB 14.04.64:5).

No último registro encontrado, informa o *Jornal do Brasil* que "Novos choques armados poderão ocorrer nas próximas horas entre 600 candangos que vieram de Taguatinga para Unaf (sic) e os 1.500 soldados do 10º Batalhão da Polícia Militar de Minas, que receberam a incumbência de prendê-los" (12 e 13.04.62: Caderno 1:1).

Desapareceram, a partir de então, todos os registros sobre mobilizações de desempregados, encerrando-se, assim, o que nos parece constituir o último ato no movimento da "Turma da Boa-Vontade".

No momento em que o movimento de trabalhadores de reserva foi deixado à sua própria sorte, no contexto de uma nova conjuntura agudamente repressiva, assiste-se aos seus estertores enquanto movimento político com identidade própria, com uma dinâmica interna específica.

Embora diluído o movimento, parece haver restado militantes que vão ainda tentar levar às últimas conseqüências sua ação política, através do confronto armado com o novo regime.

Dá depreendemos uma outra característica deste momento final – a ausência de diferenciação entre ativa e reserva. O próprio trato conferido pela imprensa é sintomático, reforçando nossa suposição: já não são mais "os desempregados" ou "as turmas da boa-vontade", mas são os *candangos* aqueles que se constituem nos atores que constroem este desesperado epílogo de resistência armada.

BIBLIOGRAFIA

- BOSCHI, Renato Raul, (1971). "Marginalidade urbana, educação e aspiração (uma contribuição à teoria do comportamento político)". Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- CASTRO, Nadya Araújo, (1983). "Ejército de reserva: su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil". Tese de Doutorado. México: Unam.
- CORNELIUS, Wayne, (1971). "The political sociology of cityward migration in Latin America: toward empirical theory". In: *Latin American Urban Research*. RABINOVIT, F. e TRUEBLOOD, F. (eds.). Califórnia: Sage Publications, Vol. 1, pp. 95-147.
- EPSTEIN, David, (1973). *Brasilia, plan and reality, a study of planned and spontaneous urban development*. Berkeley: University of California Press.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio, (1972). "The disruptive potential of marginal groups – a discussion". N. Jersey: Rutgers Univ. (mimeo).
- MARTINS, Carlos Estevam, (1970). "Integração social e mobilização política: a classe baixa urbana no Brasil". 2º Seminário Latinoamericano para el Desarrollo. Santiago: documento nº 10 (mimeo).
- NELSON, Joan, (1969). *Migrants, urban poverty and instability in developing nations*. Harvard: Center for International Affairs.

- PASTORE, José, (1969). *Brasília: a cidade e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional e Ed. da USP.
- PERLMAN, Janice E., (1977). *O mito da marginalidade – favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RIBEIRO, Maria Terezinha, (1977). "Natureza de classe dos sindicatos no Brasil – um estudo de caso". Dissertação de Mestrado em Sociologia. Brasília: UnB (mimeo).
- SOUZA, Amaury, (1972). "Migração, expectativas crescentes e a promessa do protesto coletivo". Belo Horizonte: Cedeplar (mimeo).

ABSTRACT

"GOOD-WILL GROUPS": UNEMPLOYMENT AND CLASS ACTION

The author discusses the concept of marginality and criticizes certain perspectives of analysis in considering the possibility of a new theoretical construction for the study of political manifestations of the "reserve army". A case study involving the political action of unemployed workers in Brasília between 1962 and 1964 leads to a contribution to a new theoretical analysis of the articulation between reserve and active work force.

RESUME

"BANDES DE BONNE-VOLONTÉ": CHÔMAGE ET ACTION DE CLASSE

Partant d'une discussion sur le concept de marginalité et de critiques à certaines approches de la question, l'auteur considère les possibilités d'une nouvelle construction théorique autour de la manifestation politique de l'armée de réserve. L'étude d'un cas spécifique d'action politique de chômeurs à Brasília entre 1962 et 1964 conduit à une contribution pour une perspective d'analyse de l'articulation entre "reserve" et "active".